

Câmara analisa projeto que reduz taxas para construção

Cobrança no Campo Grande, que poderia chegar a R\$ 3 mi, cairia para cerca de R\$ 487 mil

Por Raquel Valli

A Câmara Municipal está analisando um Projeto de Lei Complementar (PLC) que propõe mudar as regras para quem deseja construir na cidade. A proposta é da Prefeitura, que propõe uma redução na chamada outorga onerosa - que funciona como uma taxa paga por construtoras para que as empresas possam construir acima do limite básico permitido em um terreno.

Na prática, esse instrumento permite que um prédio tenha mais andares ou unidades do que o padrão do zoneamento, desde que o empreendedor pague uma contrapartida financeira ao município. Os recursos arrecadados são destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU) para custear obras de infraestrutura, mobilidade e habitação popular. Já a proposta busca reduzir esses custos para os construtores, eliminando o aumento gradual que existe na lei vigente.

Na ponta do lápis

Simulações feitas pelo Poder Executivo mostram que a economia para o construtor será real: em um exemplo no distrito do Campo Grande, uma taxa que poderia chegar a quase R\$ 3 milhões cairia para cerca de R\$ 487 mil. No bairro Nova Europa, a re-



Prefeitura de Campinas

Proposta da Prefeitura propõe mudar as regras para quem deseja construir na cidade

dução é ainda mais drástica, onde o custo de uma contrapartida integral que superava os R\$ 16 milhões seria reduzido para pouco mais de R\$ 1,6 milhão.

Isenções e descontos

O projeto mantém a isenção do pagamento da outorga a empreendimentos de habitação de interesse social, além de atividades econômicas em áreas estra-

tégicas próximas a grandes rodovias e instituições públicas.

E também prevê descontos. Empreendimentos com uso misto, apartamentos de até 60 m², espaços abertos ao público e comércio no térreo poderão ter redução de 50% no valor. Já projetos que reservarem ao menos 20% do terreno para uso público poderão ter desconto de 10%.

Insuficiente

Para o arquiteto e urbanista Paulo Gaspar, ex-vereador de Campinas, a proposta é benéfica, mas limitada. “São medidas positivas neste PLC, que vem diminuir o prejuízo causado pela burocracia estatal. Mas, ainda são insuficientes, pois estas alterações sempre vem de forma pontual, a conta gotas, e só acontecem depois de muito dano causado à

cidade, depois de décadas de atraso”. Ainda de acordo com o urbanista, “não existe um projeto de cidade, ou seja, um planejamento global de longo prazo para Campinas, pois a burocracia estatal impera e a falta de vontade política estagna o desenvolvimento coordenado e sustentável”.

Em agosto de 2025, um grupo multissetorial de 31 entidades se uniu para formar o Mais Campinas - entidade de governança colaborativa que apresenta propostas estruturais de médio e longos prazos para a cidade. A iniciativa adota uma estrutura tripartite, composta por sociedade civil, universidades e poder público.

A ideia de implantá-lo foi iniciativa de Gaspar, que, no início do mandato (2021) estudou o modelo que vinha sendo implantado em Maringá (PR). O exemplo paranaense permite investimentos expressivos em obras e tecnologia por meio de um planejamento de 30 anos, com atualizações sistemáticas.

Ao dividir um projeto de três décadas em etapas menores e ajustáveis, o estado consegue atrair capital para construções complexas e modernização digital, com a segurança de que os investimentos serão fiscalizados e corrigidos periodicamente, oferecendo previsibilidade para os investidores e assegurando que a infraestrutura pública saia do papel.

Gestores do Sudeste se reúnem em Campinas

Fernanda Sunega/Prefeitura de Campinas

Campinas sediou na última quinta (7) e sexta-feira (8) a abertura do 26º Encontro Regional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas). O evento reuniu representantes de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A pauta central é a defesa da aprovação da PEC do Suas no Senado e a construção de financiamento permanente para a assistência social no país.

O evento ocorre no Hotel Premium, no Jardim Nova Aparecida, e segue até sexta-feira, 8 de maio. As discussões tratam do futuro do Sistema Único de Assistência Social (Suas), especialmente da proposta que vincula recursos mínimos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios à manutenção de serviços continuados à população.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 383, conhe-

cida como “PEC do Suas”, foi o principal tema dos pronunciamentos. A Câmara dos Deputados aprovou a proposta em abril de 2026. O texto recebeu 464 votos favoráveis no primeiro turno e 444 no segundo. Agora, a proposta tramita no Senado Federal como PEC 7/2026.

Atualmente, o Suas é o único sistema da Seguridade Social brasileira sem vinculação orçamentária constitucional, diferentemente da saúde e da educação. A PEC busca corrigir essa lacuna e garantir, de forma progressiva, recursos permanentes para a assistência social. A proposta prevê a reserva de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para o financiamento de ações e serviços do Suas. A RCL é uma referência usada no orçamento público. A aplicação será progressiva: 0,3% da RCL no primeiro ano

após a publicação da emenda, prevista para 2027, até chegar a 1% a partir do quarto ano. O impacto estimado nos quatro primeiros anos é de R\$ 36,3 bilhões.

Financiamento

Os recursos deverão financiar ações e serviços nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e em outras unidades da rede socioassistencial. A proposta não inclui o Bolsa Família nem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no cálculo das vinculações.

Na prática, esse financiamento pode dar mais estabilidade a serviços voltados a famílias em situação de vulnerabilidade, pessoas idosas, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, população em situação de rua e vítimas de violações de direitos.



Campinas sediou abertura do Encontro Regional do Congemas